

REFORMA ADMINISTRATIVA

A tramitação da PEC

O texto será analisado primeiro na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que avaliará a constitucionalidade e admissibilidade da proposta

» JÉSSICA ANDRADE

APEC 32 da Reforma Administrativa, agora, inicia a fase formal de tramitação na Câmara dos Deputados. O texto, elaborado por um grupo de trabalho coordenado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), será analisado primeiro pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que avaliará sua constitucionalidade e admissibilidade. Se aprovado, segue para uma Comissão Especial, onde poderão ser feitos ajustes e emendas. A etapa seguinte é a votação em dois turnos no plenário da Câmara, com necessidade de, pelo menos, 308 votos favoráveis para avançar ao Senado. Caso o texto também seja aprovado pelos senadores, em dois turnos e por maioria qualificada, a PEC 38/2025 será promulgada e passará a integrar a Constituição Federal.

A Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (Afpesp) manifestou preocupação com o avanço da Reforma Administrativa no Congresso Nacional. A entidade teme que as propostas, especialmente a PEC 38/2025, possam fragilizar pilares históricos do serviço público, como a estabilidade, o mérito e o planejamento de longo prazo. Para o presidente da associação, Artur Marques, o país precisa modernizar o Estado sem comprometer o ingresso por concurso, a capacitação e a independência técnica dos servidores. Segundo ele, mudanças apressadas ou sem diálogo com especialistas podem levar à precarização dos vínculos e à perda de eficiência institucional.

Marques também alerta para o risco de vínculos celetistas e terceirizações estruturais ampliarem a instabilidade e a rotatividade nas equipes, submetendo funções permanentes à lógica de governo, e não de Estado. Outro ponto de atenção é o possível rito abreviado da PEC 38/2025, que altera mais de 20 artigos da Constituição. Para a AFPESP, o tema exige um debate técnico e transparente, já que o texto atinge carreiras estratégicas, como magistrados, procuradores,

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados



A votação da proposta ocorrerá em dois turnos no plenário da Câmara dos Deputados, para avançar ao Senado

Arquivo Pessoal



Artur Marques: risco de fragilizar a estabilidade

fiscais e docentes. "Sem estabilidade e meritocracia, o Estado perde capacidade de planejar políticas públicas e proteger o interesse coletivo", afirma o presidente da entidade.

O que pensa o brasileiro

Quase metade dos brasileiros está insatisfeita com a qualidade do serviço público no país. É o que revela uma pesquisa da AtlasIntel em parceria com o Instituto Repúblia, que reacende o debate sobre a necessidade de uma reforma administrativa. O levantamento mostra que, embora a maioria da população reconheça o valor do servidor público e rejeite a ideia de que ele seja um "vilão", há uma percepção consolidada de que o Estado precisa se modernizar para entregar resultados mais eficientes.

Segundo o CEO da AtlasIntel, Andrei Roman, os dados apontam para uma visão crítica, mas construtiva, sobre a administração

pública. "Existe a percepção evidente de valor do serviço público. Não vemos uma demanda para acabar com o serviço público, o servidor não é vilão. Mas, ao mesmo tempo, é muito clara a percepção de que existem oportunidades para melhoria de eficiência", afirmou.

O estudo mostra, ainda, que a insatisfação está mais relacionada à estrutura e à gestão do que ao desempenho individual dos servidores. Entre os entrevistados, 57% acreditam que o funcionalismo se esforça menos do que trabalhadores do setor privado, mas quase 60% reconhecem que faltam investimentos, planejamento e melhores condições de trabalho.

A pesquisa também revela um consenso sobre a necessidade de combater privilégios no topo do funcionalismo, especialmente no Judiciário. Benefícios como supersalários, férias de 60 dias e aposentadoria compulsória como forma de punição são vistos como injustos pela ampla maioria dos

entrevistados — percepção compartilhada até por parte dos próprios servidores. "Esses privilégios são restritos a uma minoria. Há um entendimento de que é preciso corrigi-los", destacou Roman.

Outro dado relevante é o baixo conhecimento público sobre a PEC 38/2025, que propõe a reforma administrativa atualmente em tramitação no Congresso. Apesar de 18% dos entrevistados afirmarem conhecer bem o conteúdo da proposta, mas, entre aqueles que estão informados, a maioria expressa apoio às mudanças. Para o relator da matéria, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), os resultados reforçam a urgência da pauta. "A avaliação da administração pública é negativa e reforça a urgência da reforma. Quanto mais o debate público aprofundar, maior tende a ser a aprovação", disse.

A sondagem ouviu 2.287 pessoas com mais de 16 anos em todas as regiões do país, com margem de erro de dois pontos percentuais e nível de confiança de 95%.